

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ (AESP/CE)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA EM CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

PROVA ORAL
MALOTE 2
DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

Defina avocação e delegação de competência, bem como explique quando a avocação é permitida e as hipóteses em que a delegação não é permitida.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

4.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 5.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. 18.1 Lei n.º 9.784/1999.

PADRÃO DE RESPOSTA

A delegação de competência ocorre quando um órgão transfere o exercício de determinadas atribuições administrativas, inicialmente conferidas ao delegante, para outro agente público.

Avocação é o ato oposto: é o chamamento, pela autoridade superior, das atribuições inicialmente outorgadas pela lei ao agente subordinado.

A avocação será permitida, de forma temporária, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados (art. 15 da Lei n.º 9.784/1999).

A lei exclui a delegação para edição de atos de caráter normativo, decisão de recursos administrativos e matérias de competência exclusiva do órgão ou da autoridade.

Embora não seja possível avocação sem hierarquia, a delegação pode ser feita para órgãos ou agentes subordinados, mas também é possível mesmo que não exista subordinação hierárquica (art. 12 da Lei n.º 9.784/1999).

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouça a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

- 1) Caso o candidato não cite nenhuma das três hipóteses de avocação (temporiedade, excepcionalidade e justificativa), pergunte: É possível avocação perpétua? É necessária justificativa expressa para a avocação?
- 2) A avocação exige relação de hierarquia?
- 3) A delegação exige relação de hierarquia? Há fundamento legal para tanto?
- 4) Em quais hipóteses legais é vedada a delegação de competência?

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ (AESP/CE)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA EM CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

PROVA ORAL
MALOTE 2
DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado estado da Federação publicou duas leis: uma cria varas especializadas em delitos praticados por organizações criminosas; e a outra trata de procedimentos para o inquérito civil.

Com base no entendimento do STF, analise a constitucionalidade das referidas leis estaduais.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

17 Organização do Estado. 17.3 União.

PADRÃO DE RESPOSTA

O STF decidiu que é constitucional lei estadual que crie varas especializadas em delitos praticados por organizações criminosas, em razão da competência legislativa concorrente para tratar sobre procedimento em matéria processual.

Criação, por lei estadual, de varas especializadas em delitos praticados por organizações criminosas. (...) A composição do órgão jurisdicional se insere na competência legislativa concorrente para versar sobre procedimentos em matéria processual, mercê da caracterização do procedimento como a exteriorização da relação jurídica em desenvolvimento, a englobar o modo de produção dos atos decisórios do Estado-juiz, se com a chancela de um ou de vários magistrados. (...) Os Estados-membros podem dispor, mediante lei, sobre protocolo e distribuição de processos, no âmbito de sua competência para editar normas específicas sobre procedimentos em matéria processual (art. 24, XI, da CRFB). (ADI 4.414, rel. min. Luiz Fux, j. 31/5/2012, Pleno, DJe de 17/6/2013)

Ademais, a corte suprema decidiu que procedimentos para o inquérito civil são matéria de competência concorrente, por corresponderem a matéria processual.

É constitucional lei estadual que prevê procedimentos para o inquérito civil, considerando-se a competência concorrente dos Estados-membros para legislar sobre a matéria (CF/1988, art. 24, XI). (ADI 1.285, rel. min. Roberto Barroso, j. 27/3/2023, Pleno, DJe de 5/5/2023)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 É constitucional a lei do estado federado que cria varas especializadas em delitos praticados por organização criminosa?
- 2 Os estados-membros podem dispor, mediante lei, sobre protocolo e distribuição de processos?
- 3 É constitucional a lei estadual que trata de procedimentos para o inquérito civil?
- 4 Que tipo de competência legislativa está envolvida no caso? As propostas versam sobre matéria penal ou processual?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ (AESP/CE)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA EM CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

PROVA ORAL
MALOTE 2
DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

A autoridade policial foi acionada para atender uma ocorrência em que um indivíduo havia, pela quinta vez na mesma semana, seguido e abordado, de forma insistente, uma mulher nas proximidades da residência e do local de trabalho dela, causando-lhe medo e perturbação. Anteriormente, a vítima havia registrado boletim de ocorrência pelos mesmos fatos, tendo indicado o indivíduo como um ex-colega de faculdade, e havia relatado sentir-se ameaçada.

O suspeito foi localizado nas imediações e apresentado à autoridade policial, que entendeu estar caracterizado o crime de perseguição, cuja pena prevista no Código Penal é de reclusão de seis meses a dois anos e multa.

Supondo que a situação narrada não se enquadre no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher nem de discriminação em relação à condição feminina, responda, fundamentadamente, aos seguintes questionamentos.

- 1 A reiteração da conduta é necessária para a configuração do crime de perseguição?
- 2 Na situação apresentada, admite-se a lavratura de termo circunstanciado de ocorrência ou se exige auto de prisão em flagrante pelo crime de perseguição?
- 3 A manifestação da vítima tem relevância para a formalização do procedimento a ser adotado na esfera policial?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

DIREITO PENAL: 8.1 Crimes contra a pessoa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 3 Ação penal. 3.1 Conceito, características, espécies e condições. 8.1 Termo circunstanciado de ocorrência. 19.1 Formas do procedimento.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 O crime de perseguição, ou *stalking*, está previsto no art. 147-A do Código Penal, incluído pela Lei n.º 14.132/2021 e assim tipificado: “Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.”

A reiteração da conduta é elemento normativo do tipo penal e, portanto, condição indispensável para sua configuração.

A própria redação do art. 147-A menciona expressamente a exigência de que o agente persiga a vítima “reiteradamente”, o que exclui a possibilidade de configuração do delito com base em um único ato. Segundo a doutrina, a perseguição deve ocorrer de forma contínua ou repetitiva, com certa habitualidade,

ainda que não exija um número específico de atos. No caso apresentado, o agente abordou a vítima cinco vezes na mesma semana, o que satisfaz o requisito da reiteração.

2 Para o crime de perseguição, em sua forma simples, é prevista a pena de reclusão de seis meses a dois anos. Por sua sanção máxima não ultrapassar dois anos, o crime enquadra-se como infração de menor potencial ofensivo, sendo seu processamento e julgamento, portanto, de competência do juizado especial criminal, nos termos da Lei n.º 9.099/1995. Dessa forma, aplica-se o rito sumaríssimo, sendo cabível, na fase policial, a lavratura de termo circunstanciado de ocorrência (TCO), afastando-se, nessa hipótese, a lavratura de auto de prisão em flagrante.

3 Nos termos do § 3.º do art. 147-A, a ação penal é pública condicionada a representação da ofendida. Nesse contexto, para que seja lavrado o TCO, é essencial que a vítima formalize essa representação. Sem a sua manifestação de vontade no sentido do interesse na formalização do procedimento, não poderá ser lavrado o TCO pela autoridade policial competente.

Art. 147-A. Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.

§ 3.º Somente se procede mediante representação. (incluído pela Lei n.º 14.132, de 2021)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Um único ato de abordagem da vítima seria suficiente para caracterizar o crime de perseguição? Por quê?
- 2 Tendo em vista que a pena máxima prevista para o crime de perseguição é de até dois anos de reclusão, é correto afirmar que se trata de infração de menor potencial ofensivo? Qual é o rito processual previsto nesse caso?
- 3 Qual é a natureza da ação penal no crime de perseguição, conforme o art. 147-A, § 3.º, do Código Penal?
- 4 A ausência de representação da vítima impede o prosseguimento da persecução penal no caso apresentado?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ (AESP/CE)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA EM CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

PROVA ORAL

MALOTE 2

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

QUESTÃO 4

Com base na Lei n.º 12.850/2013, que dispõe acerca de organizações criminosas, responda aos seguintes questionamentos.

- 1 O que caracteriza legalmente uma organização criminosa?
- 2 Qual é o procedimento de instrução processual penal estabelecido na referida lei e sua duração?
- 3 O fato de integrar organização criminosa tem quais consequências sobre a execução penal do condenado?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

8 Organizações Criminosas (Lei n.º 12.850/2013). 13 Execução penal (Lei n.º 7.210/1984).

PADRÃO DE RESPOSTA

Segundo o § 1.º do artigo 1.º da Lei n.º 12.850/2013, “Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.”

O artigo 22 da mesma lei prevê que os crimes serão apurados pelo procedimento ordinário do Código de Processo Penal, devendo a instrução ser encerrada em prazo razoável. Quando o réu estiver preso, esse prazo não poderá exceder a 120 dias, prorrogáveis por igual período, por decisão fundamentada, devidamente motivada pela complexidade da causa ou por fato procrastinatório atribuível ao réu.

Por fim, o § 9.º do artigo 2.º do mesmo diploma legal prevê que: “O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo.” Importante ressaltar que o condenado por exercer o comando de organização criminosa progride de regime após o cumprimento de 50% da pena (artigo 112, VI, da Lei n.º 7.210/1984).

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado

corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1) Qual quantidade mínima de pessoas é necessária para a caracterização de uma organização criminosa?
- 2) Qual é o tipo de infração penal descrito na caracterização legal de organização criminosa?
- 3) De acordo com a Lei n.º 12.850/2013, por qual procedimento serão apurados os crimes cometidos mediante organização criminosa?
- 4) Na hipótese de o réu estar preso, qual será o prazo máximo do procedimento de instrução processual penal estabelecido na referida lei?
- 5) O fato de o condenado integrar organização criminosa interfere na progressão de regime ou no livramento condicional?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**